

TENDÊNCIAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS (2012-2019)

Vicente Loeblein Heinen¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo captar as principais tendências do mercado de trabalho no município de Florianópolis (SC), a partir da análise de sua dinâmica no período entre 2012 e 2019. Para tanto, são utilizadas informações da PNAD Contínua, as quais são analisadas com base na evolução da população residente, da força de trabalho e seu nível de utilização e da distribuição das ocupações por setor de atividade econômica, categoria do emprego e classes de rendimento. Os resultados apontam para tendências de forte deterioração do mercado de trabalho de Florianópolis a partir de 2014, com baixo crescimento do emprego face ao avanço da população em busca de trabalho, concentração das ocupações em atividades de baixa produtividade e majoritariamente informais, bem como estagnação do nível salarial e ampliação da desigualdade de renda.

Palavras-chave: Desemprego; informalização; rendimentos do trabalho; PNAD Contínua.

RECENT TRENDS OF FLORIANÓPOLIS' LABOR MARKET (2012-2019)

ABSTRACT: This article aims to capture the main labor market trends in the city of Florianópolis, capital of the state of Santa Catarina, starting from an analysis of its dynamics in the period between 2012 and 2019. For this purpose, the research use PNAD Contínua's data, which are analyzed based on the evolution of the resident population, the population on the labor force, the employment level and the distribution of occupations by sector of economic activity, category of employment and income level. The results point to trends of strong deterioration in Florianópolis' labor market as of 2014, with low employment growth compare to the rise of the population searching for work, concentration of jobs in low-productivity and informal activities, as well as wage stagnation and income inequality increase.

Keywords: Unemployment; informalization; work income; PNAD Contínua.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de assumir vocações globais, o sistema capitalista desenvolve-se de forma desigual, combinando antagonicamente distintas regiões, às quais atribui traços

¹ Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Técnico em Informática pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Venâncio Aires.

particulares ao longo do tempo. Nesse sentido, as fronteiras político-territoriais aparecem como elementos indissociáveis a cada padrão de reprodução do capital, conferindo características fundamentais à estrutura produtiva, ao grau de utilização da força de trabalho e às relações de trabalho (ARUTO; GOMES JUNIOR, 2016).

Pelas próprias características de sua formação, Santa Catarina conta com uma base produtiva mais diversificada do que a das demais unidades da federação brasileira. Isso se reflete na distribuição setorial da produção e da circulação de mercadorias em cada uma de suas regiões e municípios. Nesse processo, a formação socioespacial de Florianópolis se constituiu historicamente em função da gestão do território, do comércio e do Estado catarinenses, em grande medida distante das etapas produtivas do ciclo de reprodução do capital (CORRÊA, 1999). Essa característica diferencia enormemente Florianópolis das demais capitais, que tendem a ser também as cidades mais populosas de seus estados, em geral por concentrar uma parcela importante do capital industrial.

A despeito das transformações na estrutura produtiva regional, o mercado de trabalho florianopolitano ainda reflete essa realidade. Por um lado, a força de trabalho de Florianópolis representa apenas 1% dos ocupados na indústria de transformação catarinense. Por outro lado, segue concentrando cerca de 15% de todos os empregos de Santa Catarina na administração e nos serviços públicos, além de aproximadamente 20% das ocupações estaduais nas atividades imobiliárias; de informação e comunicação; e profissionais, científicas e técnicas em geral (PNADC/T, 2020).

Essa heterogeneidade pode revelar particularidades importantes na forma como o mercado de trabalho florianopolitano responde às tendências gerais estabelecidas nos níveis nacional e estadual. A compreensão dessa dinâmica em menor nível de abstração é o que justifica este estudo, cujo objetivo central é analisar a evolução recente do mercado de trabalho de Florianópolis. Para tanto, serão utilizadas as informações contidas nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em sua versão contínua e trimestral, tomando como base o período entre 2012 e 2019 e o terceiro trimestre de cada ano.

Para além desta introdução, o artigo está estruturado em outras duas seções. Na primeira delas, é apresentado um panorama da evolução recente do mercado de trabalho florianopolitano, contando com subseções específicas destinadas a analisar seus principais parâmetros demográficos, o grau de utilização da força de trabalho, a

dinâmica setorial e as categorias das ocupações, bem como o nível e a forma de distribuição dos rendimentos no município. Na segunda seção, são apresentadas as considerações finais do estudo, destacando as principais tendências do mercado de trabalho de Florianópolis.

2. A EVOLUÇÃO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO FLORIANOPOLITANO

2.1. PARÂMETROS DEMOGRÁFICOS

Nas últimas décadas a mesorregião da Grande Florianópolis vem concentrando parcelas crescentes da população catarinense, sendo um dos principais polos responsáveis pela litoralização demográfica do estado (SILVA; MATTEI, 2012). As tendências recentes apontam para uma metropolização na região, com adensamento nas áreas conturbadas à capital. Com efeito, de 2012 a 2019 Florianópolis apresentou o maior crescimento demográfico do estado, incorporando 57 mil habitantes (Tabela 1). Nesse período, a população residente em Florianópolis cresceu 1,7% ao ano, atingindo a marca de meio milhão de pessoas em 2019. No conjunto do estado, esse crescimento foi menor, de 1,3% ao ano. Assim, houve uma gradual elevação na proporção dos catarinenses morando na capital, a qual passou de 6,8% para 7% no período.

Tabela 1 – População e distribuição por grupos de idade (Florianópolis, 2012-2019, 3º trimestre de cada ano, mil pessoas e %)

	Até 13 anos		14 a 17 anos		18 a 24 anos		25 a 39 anos		40 a 59 anos		60 anos ou mais		Total	Total/SC (%)
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%		
2012	76	17	26	5,8	50	11,1	119	26,7	116	26,1	59	13,1	445	6,8
2013	71	15,6	24	5,4	51	11,2	122	26,8	123	27,2	62	13,8	453	6,8
2014	64	13,8	25	5,5	51	10,9	123	26,6	122	26,5	77	16,6	462	6,9
2015	67	14,4	25	5,4	56	12	119	25,3	122	26	79	16,9	470	6,9
2016	62	13	26	5,3	54	11,2	115	24,1	134	28	88	18,4	478	6,9
2017	71	14,5	26	5,4	47	9,7	124	25,4	128	26,3	91	18,7	486	7,0
2018	64	13	20	4,1	54	10,9	121	24,5	142	28,8	92	18,7	494	7,0
2019	65	13	20	4,1	48	9,7	132	26,3	138	27,6	97	19,4	502	7,0
Var (pp)	-	-4,0	-	-1,7	-	-1,4	-	-0,4	-	1,5	-	6,3	-	0,2

Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração do autor.

Ao contrário do que ocorreu em outros momentos históricos, esse crescimento demográfico é explicado mais pelas migrações internas do país do que pela natalidade. Na presente década, Florianópolis recebeu fluxos principalmente de regiões que perderam dinamismo econômico². Um dos principais fatores de atração do município é o nível de renda, uma vez que a mesorregião da Grande Florianópolis apresenta o maior diferencial de rendimento entre os imigrantes e emigrantes no estado (DESCHAMPS; DELGADO, 2014).

Outra característica importante da população florianopolitana é uma média de idade mais elevada do que no restante do estado, em tendência que vem se acentuando nos últimos anos. Desde 2012 a população infantil (até 13 anos) encolheu 4 pontos percentuais (p.p.) no município. Isso contribuiu para a queda de 7,1 p.p. observada no conjunto da população com até 24 anos de idade, cuja participação no total foi de apenas 27% em 2019. No mesmo ano, essa parcela foi de 32% em Santa Catarina, e 35% no Brasil, o que decorre em grande medida de um envelhecimento populacional muito mais acelerado em Florianópolis. A parcela das pessoas com 60 ou mais anos de idade no município, que em 2012 era de 13,1%, chegou aos 19,4% em 2019. Dessa forma, quase metade da população municipal já possui mais de 40 anos de idade.

2.2. OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO

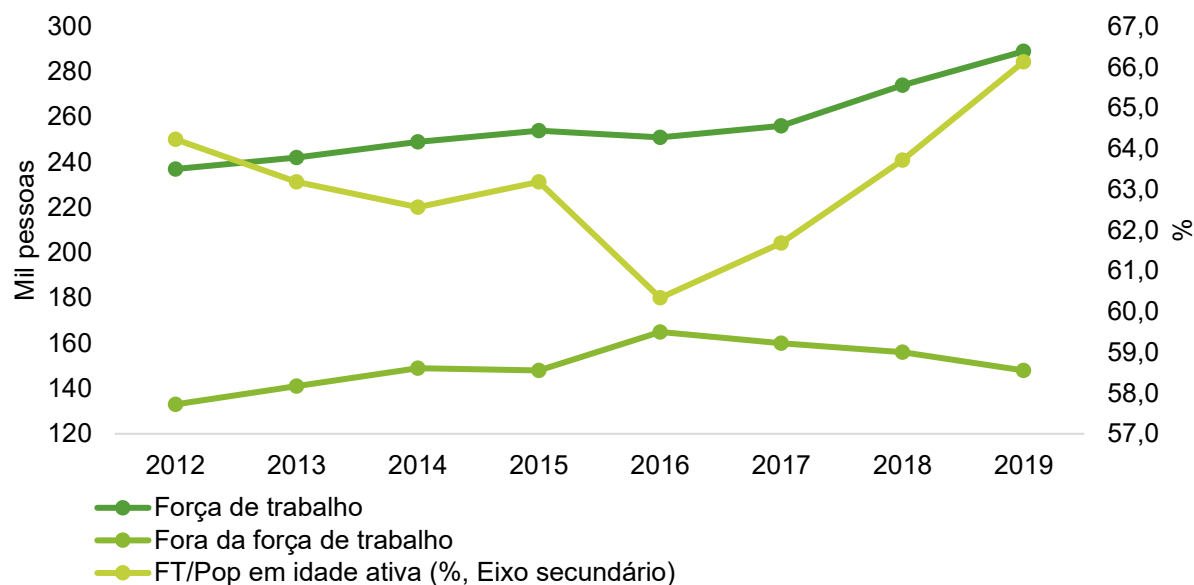
As tendências demográficas recentes são fundamentais para compreender a evolução da oferta de força de trabalho no município, todavia não esgotam seus determinantes. Um dos principais deles é o nível de renda interno, que foi afetado diretamente pela grave crise econômica que atingiu o município no período. Para termos noção de sua dimensão, basta registrar que o PIB real *per capita* de Florianópolis caiu em média 3,3% ao ano entre 2014 e 2017, com destacada queda no consumo das famílias (SCR, 2019).

A dinâmica dessa crise levou a grandes variações no contingente da população em busca por trabalho na capital. Enquanto no conjunto do estado houve uma leve retração da parcela da população em idade de trabalhar (14 ou mais anos de idade)

² No caso das interestaduais, o destaque é o Rio Grande do Sul; nas intraestaduais, a região Serrana.

na força de trabalho (ocupados ou à procura de ocupação), em Florianópolis essa proporção aumentou 2 p.p. entre 2012 e 2019. Esse crescimento concentrou-se no período entre 2016 e 2019, quando houve um grande aumento no número de pessoas incorporada à força de trabalho (Figura 1).

Figura 1 - Distribuição da população em idade ativa em Florianópolis (2012-2019, 3º trimestre de cada ano, mil pessoas e %)



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração do autor.

As vagas de trabalho ofertadas, porém, não acompanharam essas necessidades. Ao longo da série, o volume de pessoas ocupadas em Florianópolis cresceu apenas 2,1% ao ano, apresentando estagnação entre 2013 e 2015, uma grande retração no biênio 2016-2017 e lenta retomada apenas a partir de 2018 (Tabela 1). Em contrapartida, o desemprego cresceu enormemente a partir de 2015, apresentou leve queda em 2018 e voltou a aumentar no ano seguinte. Com isso, o número de florianopolitanos desempregados chegou a 25 mil em 2019, quase o triplo do que era em 2012.

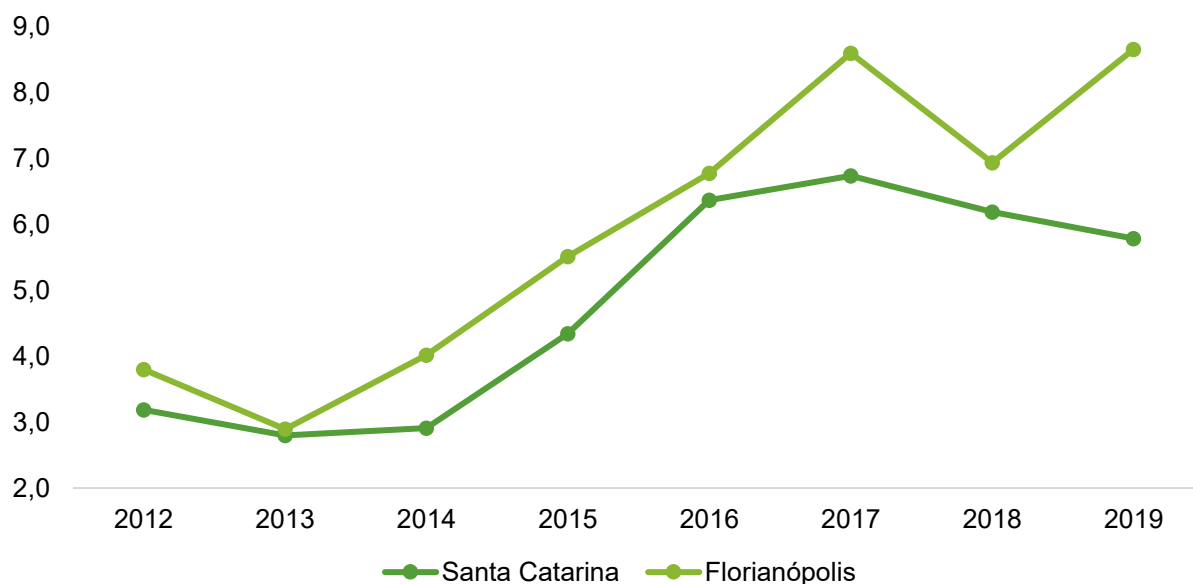
Tabela 2 - População na força de trabalho em Florianópolis (2012-2019, 3º trimestre de cada ano, mil pessoas)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Tx. cresc. (%)
Ocupados	228	235	239	240	234	233	256	264	2,1
Desocupados	9	7	10	14	17	22	19	25	15,7

Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração do autor.

Aliados ao aumento da procura por trabalho, esses resultados levaram a um forte crescimento da taxa de desocupação. Em 2012, essa taxa foi de 3,2% em Florianópolis, muito próxima da registrada no conjunto do estado. Os efeitos da crise já foram sentidos na capital a partir de 2014, quando o desemprego passou a subir, até atingir os 8,6% em 2017 (Figura 2).

Figura 2 - Taxa de desocupação em Santa Catarina e Florianópolis



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração do autor.

A retomada das ocupações fez a taxa de desocupação voltar para 6,9% em 2018, todavia o grande aumento da força de trabalho no ano seguinte revelou a insuficiência das vagas geradas. Assim, Florianópolis chegou a 2019 com 8,7% de sua força de trabalho desocupada³. Esse novo crescimento do desemprego fez com que a situação no município se tornasse inclusive pior do que a média de Santa Catarina, onde a taxa de desocupação seguiu caindo em 2019, estabelecendo-se em 5,8%.

2.3. SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O cálculo clássico da taxa de desemprego subdimensiona o nível de deterioração em que se encontra o mercado de trabalho em todo o país. Nesse

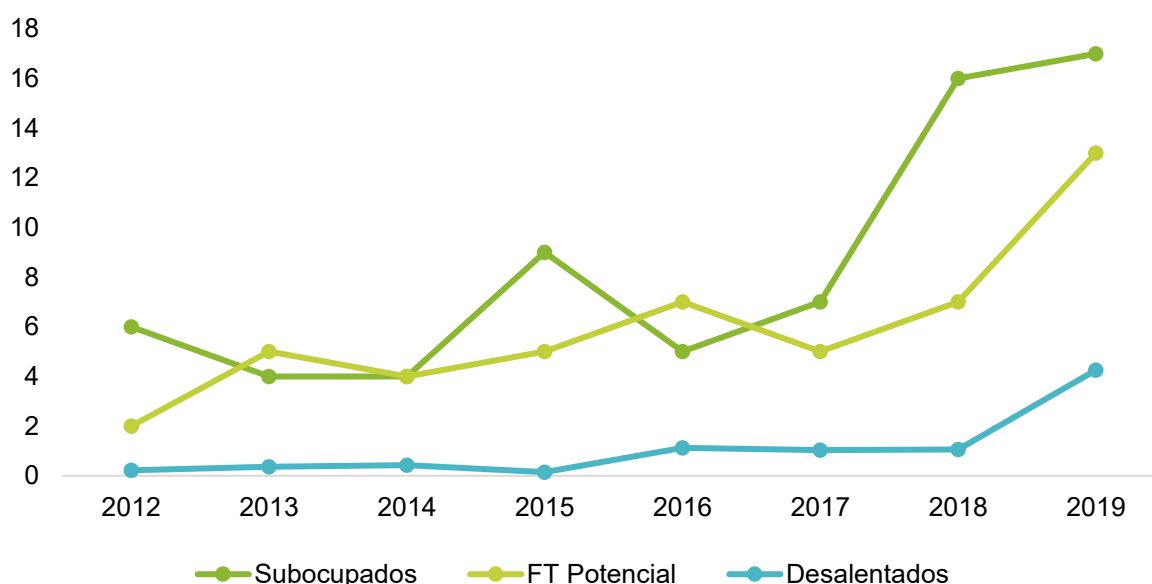
³ Os mais afetados são novamente os jovens, para quem a taxa de desocupação já chega aos 17,5%.

sentido, as demais medidas de subutilização da força de trabalho podem dar uma dimensão mais aproximada da superpopulação relativa do município, bem como de seu impacto sobre as condições de vida da classe trabalhadora.

A primeira das medidas a ser analisada diz respeito à subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. A população subocupada representa um contingente de trabalhadores que procura expandir sua jornada de trabalho vigente, geralmente no intuito de alcançar um patamar de rendimentos que garanta seu sustento. Essa necessidade deriva dos baixos rendimentos auferidos no trabalho atual, sobretudo em períodos de aumento da capacidade ociosa das empresas. A população subocupada atingiu seu menor patamar recente no município em 2014, com cerca de 4 mil pessoas (Figura 3).

Essa categoria passou a se expandir já nos primeiros anos da crise, todavia foi justamente no período de “recuperação do mercado de trabalho” em 2018 que as subocupações mais cresceram, ajudando a inflar as estatísticas de emprego. Em 2019, 17 mil pessoas, ou 6,4% dos ocupados de Florianópolis estavam, na verdade, subocupados. Desse montante, 20% estava trabalhando nos ramos da saúde e da educação; 13% nos serviços pessoais; e 11% nos de alimentação e alojamento.

Figura 3 - Decomposição das medidas de subutilização da força de trabalho em Florianópolis (2012-2019, 3º trimestre de cada ano, mil pessoas)



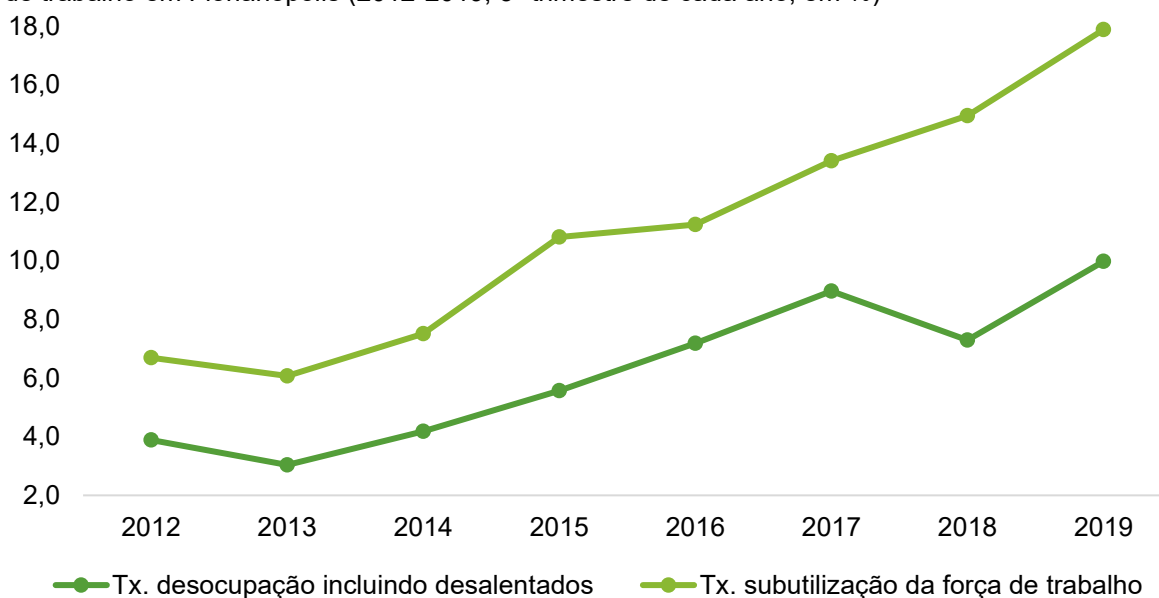
Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração do autor.

Além dessa medida, a PNAD Contínua também permite analisar a evolução da força de trabalho potencial. Essa categoria é composta pelas pessoas que buscam

trabalho, mas que não estão disponíveis para trabalhar no momento; acrescidos dos desalentados, ou seja, as pessoas que estão disponíveis para trabalhar, mas que por algum motivo não realizam busca efetiva por trabalho. Entre 2012 e 2019, a força de trabalho potencial em Florianópolis cresceu em média 30% ao ano, atingindo seu auge no último ano, com cerca de 13 mil pessoas.

Esse crescimento contou com importante contribuição da população em condição de desalento. O número de desalentados cresceu enormemente entre 2015 e 2019, período em que passou de apenas 147 para 4,3 mil pessoas, respectivamente. Os dados da pesquisa revelam que, dentre essas pessoas, a maioria desistiu de procurar emprego em função de não haver trabalho em sua localidade. Esse dado desafia a narrativa oficial de melhora do mercado de trabalho, particularmente tendo em vista que são os desocupados que estão migrando para a condição de desalento. Incluindo a população desalentada na categoria dos desocupados, é possível observar que o índice de desemprego em Florianópolis é ainda maior, tendo atingido os 10% em 2019 (Figura 4).

Figura 4 - Taxa de desocupação aumentada pelo desalento e taxa composta de subutilização da força de trabalho em Florianópolis (2012-2019, 3º trimestre de cada ano, em %)



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração do autor.

Agregando ainda os subocupados e o restante da força de trabalho potencial a esse montante, obtemos a força de trabalho subutilizada. Em 2013 a taxa composta de subutilização da força de trabalho de Florianópolis era de apenas 6,1%, indicando algo próximo de uma situação de “pleno emprego” no município. Com o avanço da

crise econômica, essa taxa cresceu continuamente nos anos seguintes, chegando aos 17,9% em 2019. O fato de que essa taxa não tenha caído sequer em 2018 (quando o desemprego havia cedido) pode significar que, para grande parte da população florianopolitana, os empregos gerados nos últimos anos não permitem sequer atender suas necessidades básicas.

2.4. SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

As origens dessas flutuações no grau de utilização da força de trabalho podem ser melhor compreendidas em análise à sua distribuição por setor de atividade econômica. A partir dos dados da Tabela 2 é possível observar quais foram os setores mais determinantes em cada tendência assinalada para o período, com base nos cortes 2012-2014; 2014-2016; e 2016-2019.

O grupamento que mais perdeu espaço no mercado de trabalho florianopolitano desde 2012 foi o da construção, cuja participação era de 8,2%, mas caiu para 6,1% em 2019. Essa queda se deve principalmente à forte crise que atingiu o setor da construção civil em 2014 – quando foram fechados quase 6 mil postos de trabalho –, mas também à contração do emprego nos últimos dois anos.

Tabela 3 - Distribuição dos ocupados por grupamento de atividade econômica em Florianópolis (2012, 2014, 2016 e 2019, 3º trimestre de cada ano, mil pessoas)

	2012		2014			2016			2019			Tx. Cresc. total (%)
	Freq	%	Freq	%	Var (pp)	Freq	%	Var (pp)	Freq	%	Var (pp)	
<i>Agropecuária</i>	3	1,3	2	0,8	-0,5	2	0,9	0,1	1	0,6	-0,3	-12,9
<i>Indústria geral</i>	17	7,2	19	8,1	0,9	14	6,1	-2,0	13	5,0	-1,1	-4,4
<i>Construção</i>	19	8,2	14	5,8	-2,4	17	7,3	1,5	16	6,1	-1,2	-2,8
<i>Comércio e reparação de veículos</i>	38	16,6	40	16,6	0,1	37	15,9	-0,8	42	16,0	0,2	2,3
<i>Transporte, armazenagem e correio</i>	8	3,7	9	3,6	-0,1	7	3,0	-0,6	10	3,7	0,7	2,9
<i>Alojamento e alimentação</i>	14	6,0	13	5,4	-0,6	16	7,0	1,7	23	8,6	1,6	10,7
<i>Informação, comunicação</i>	54	23,6	57	23,7	0,1	47	20,3	-3,4	61	22,9	2,7	2,4
<i>Administração pública</i>	20	8,8	25	10,5	1,7	23	9,8	-0,7	23	8,8	-1,0	3,0
<i>Educação</i>	16	7,1	21	8,7	1,5	23	9,8	1,2	23	8,6	-1,2	7,0
<i>Saúde humana e serviços sociais</i>	13	5,8	13	5,3	-0,6	16	6,8	1,5	15	5,7	-1,1	2,6
<i>Outros Serviços</i>	15	6,5	15	6,2	-0,3	17	7,2	1,0	25	9,4	2,2	10,8
<i>Serviços domésticos</i>	12	5,1	13	5,3	0,1	14	5,9	0,6	11	4,3	-1,6	-0,6
<i>Total</i>	228	100,0	239	100	-	234	100	-	264	100	-	2,9

Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração do autor.

Em seguida aparece a indústria, que perdeu ainda mais expressividade com a crise a partir de 2015. Desde então, esse setor foi responsável pelo fechamento de 6,2 mil vagas no município, localizadas sobretudo nos segmentos de coleta, tratamento e disposição de resíduos e de confecção de artigos de vestuário e acessórios. Em função disso, a indústria geral (inclui serviços industriais de utilidade pública) representou apenas 5% das ocupações municipais em 2019. Especificamente com relação à indústria de transformação, essa participação chegou a apenas 3,8% no mesmo ano⁴.

Outro setor fortemente afetado pela crise foi o comércio. Ele impulsionou o desemprego sobretudo entre 2016 e 2018, em razão da contração da renda das famílias e da incorporação de novas tecnologias poupadoras de trabalho (a maioria das demissões foram em hipermercados, postos de gasolina, lojas de departamento e farmácias de grande porte). Somente em 2019 é que houve uma retomada dos empregos no setor. Apesar disso, a participação do grupamento de comércio e reparação de veículos no agregado foi de 16% em 2019, ainda abaixo dos 16,6% registrados antes da crise.

Como a agropecuária sequer ocupa 1% da força de trabalho municipal, a retração desses ramos levou a uma concentração ainda maior dos empregos no setor de serviços, que somados já ocupavam 72% dos trabalhadores florianopolitanos em 2019. Dentre eles, cresceram especialmente aqueles que exigem baixa qualificação e são pouco produtivos. Indicando essa tendência, o grupamento de “outros serviços” foi o que mais cresceu (10,8% ao ano) no período, chegando a ocupar cerca de 25 mil trabalhadores, ou 9,4% da força de trabalho em 2019. Esse crescimento se deu especialmente nos serviços pessoais, como os de salões de beleza, cuidados animais, lavanderias ou qualquer outra atividade em que trabalhadores com poucos recursos possam obter alguma renda.

Crescimento semelhante foi observado no grupamento de alojamento e alimentação, cuja participação subiu de 6% para 8,6% ao longo da série. Esse crescimento se deu justamente nos anos de maior incidência da crise sobre o município, mas cessou em 2019, mediante a recuperação de outros setores. Assim, esse grupamento se apresenta como um dos principais receptores da superpopulação

⁴ Essa participação é muito reduzida em comparação com o conjunto de Santa Catarina, onde a indústria de transformação ainda ocupou 22,7% da força de trabalho em 2019 (PNADC/T, 2020).

relativa de Florianópolis, particularmente no caso do subsetor de alimentação, que incorporou 8 mil trabalhadores somente entre 2014 e 2018, absorvendo parte considerável da população lançada ao desemprego durante a crise. O segmento de alimentação ocupa trabalhadores de restaurantes, bares, lanchonetes (inclusive ambulantes) e uma série de outras atividades que já cresciam com o aumento da alimentação fora do lar, mas que ganharam novo impulso com a organização oligopolista desses trabalhadores por plataformas digitais (iFood, UberEats, etc) no período da crise. Ao final da série, somente as atividades de alimentação já ocupavam cerca de 21 mil florianopolitanos.

Outro grupamento onde o emprego cresceu em sentido inverso à atividade econômica geral foi o dos serviços domésticos. A participação desses trabalhadores no total dos ocupados cresceu intensamente até 2016, quando chegou a 5,9%, todavia decresceu de forma ainda mais acentuada nos dois últimos anos da série, caindo para 4,3% em 2019.

O setor de transporte, armazenagem e correio acompanhou a dinâmica geral do emprego no período, mantendo sua participação estável (3,7%) no conjunto da série. Entretanto, vale observar que o subsetor dos transportes terrestres passou a ocupar parte importante da superpopulação relativa de Florianópolis, sem sequer ter entrado em um processo de retração nos últimos anos. Ele incorporou quase 4 mil trabalhadores desde 2016, ano do início das atividades da Uber na capital. Ainda que outras atividades componham esse número, a importância dos motoristas de aplicativo é crescente.

Em 2019 Florianópolis já contava com aproximadamente 2,6 mil motoristas (ou cerca de 1% de sua população ocupada) trabalhando “por conta própria” no transporte terrestre de passageiros, incluindo taxistas e principalmente “ubers”. No mesmo sentido, também houve um grande crescimento desses trabalhadores nos serviços de entrega rápida a partir de 2017, embora nesse caso grande parte das ocupações não sejam trabalhos principais.

No nível de agregação em que estamos trabalhando, o setor de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas é o que concentra a maior parte dos trabalhadores de Florianópolis (22,9% em 2019). Esse grupamento comporta atividades geralmente mais qualificadas, especialmente serviços prestados a empresas. Em grande medida, essas atividades estão ligadas à

mão-de-obra formada das universidades sediadas no município, concentrando a maior parte de seus profissionais liberais e pequeno-burgueses. Parte dessas frações de classe também sofrem com um processo de proletarização, todavia ainda mantém uma renda relativamente mais elevada. Esse setor foi o que apresentou as maiores flutuações durante a crise, sendo o principal responsável pela queda das ocupações, mas também por sua retomada a partir de 2018. No interior desse heterogêneo grupo, as atividades que mais têm incorporado trabalhadores são as de contabilidade e jurídicas; seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra; publicidade; gestão imobiliária; e serviços de tecnologia da informação (TI). Em contrapartida, a crise enxugou os empregos nos serviços para edifícios (porteiros, zeladores, faxineiras...); de engenharia e arquitetura; de vigilância e de secretaria em geral. Essas atividades estão entre as poucas que apresentam retomada consistente nos empregos nos últimos dois anos, muito embora abranjam algumas das profissões mais atingidas pelos novos termos da reforma trabalhista⁵.

A base dos servidores públicos em Florianópolis reduziu-se intensamente entre 2015 e 2017, período em que novos concursos não cobriram as aposentadorias efetivadas. A retomada das contratações ocorreu apenas a partir de 2018, porém com menor participação de contratos em regime estatutário. No entanto, isso não foi suficiente para retomar a participação da administração pública, defesa e seguridade social no total dos ocupados, que caiu de 9,8% em 2016 para 8,8% em 2019.

As ocupações na educação passaram por uma forte expansão de 2012 até 2015, período em que foram gerados 8 mil empregos, sendo 3,6 mil deles em instituições de ensino privadas. Desde então, houve uma contração dos empregos no setor, também puxada pela educação privada, cuja demanda caiu fortemente com a crise. Com isso, em 2019 sua participação no agregado voltou aos patamares em que se encontrava antes da crise, na casa dos 8,6%.

Apesar da crise, houve um contínuo incremento no emprego nas atividades de atenção à saúde humana e serviços sociais até 2017, quando esse setor chegou a ocupar 8% dos trabalhadores de Florianópolis. Nesse período foram gerados 5,5 mil empregos, com contribuições importantes tanto dos setores públicos, quanto do privado. Nos dois anos seguintes, no entanto, foram fechadas 3,8 mil vagas somente

⁵ Uma análise dos impactos da reforma trabalhista em Santa Catarina, bem como a relação das ocupações mais afetadas pode ser conferida em Mattei e Heinen (2019).

nas atividades de saúde do setor público. Mesmo com a continuidade das contratações em empresas privadas, a participação das ocupações de saúde e assistência social caiu para 5,7% do agregado em 2019.

2.5. POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CATEGORIA DO EMPREGO

Em compasso com as transformações observadas na base produtiva, do lado da organização do trabalho as últimas décadas foram marcadas por um avanço contínuo de formas flexíveis de ocupação no Brasil, em detrimento das garantias mínimas de seguridade social e proteção do trabalho historicamente conquistados no país (DAL ROSSO, 2017). Essas tendências se acentuaram com a crise, que colocou a reconstituição da superpopulação relativa, a supressão salarial e a intensificação do trabalho como imperativos imediatos do capital (MELLO; SABADINI; BRAGA, 2018).

No contexto da fase expansiva do ciclo econômico observado até 2014, Florianópolis logrou manter seu grau de formalização próximo de 60% dos ocupados nos primeiros anos da série (Tabela 3). A partir desse ano, porém, a esmagadora maioria do desemprego gerado pela crise no município derivou do encerramento de vínculos formais de trabalho. Somente em 2015 e 2016 foram perdidos 14 mil empregos formais. Parte desses empregos foram recuperados a partir de 2017, todavia o grau de formalização seguiu tendência de queda nos últimos anos. Com isso, a parcela da população empregada em regimes formais de trabalho atingiu seu menor nível em 2019, com 51,9% dos ocupados. Os setores que mais contribuíram para essa queda foram os da construção, da indústria, da administração pública e de outros serviços profissionais e administrativos.

Ainda que tenha contribuído com demissões no período mais agudo da crise, o número de pessoas empregadas sem carteira de trabalho assinada (ocupantes de vagas de trabalho informal, sem vínculos empregatícios obrigatórios) cresceu enormemente nos últimos dois anos da série. Entre 2017 e 2019 essa categoria representou a geração de 8 mil vagas, chegando a abranger 10,7% das ocupações. Os vínculos informais cresceram principalmente nos grupamentos de alimentação; serviços pessoais; atividades administrativas e serviços complementares; informação e comunicação; e inclusive na administração pública.

Tabela 4 - Ocupados por posição na ocupação e categoria do emprego em Florianópolis (2012, 2014, 2016 e 2019, 3º trimestre de cada ano, mil pessoas)

	2012		2014			2016			2019			Tx. Cresc. total (%)
	Freq.	%	Freq.	%	Var. (pp)	Freq.	%	Var. (pp)	Freq.	%	Var. (pp)	
<i>Empregado formal</i>	134	58,7	142	59,6	0,9	128	54,9	-4,7	137	51,9	-3,0	0,5
<i>Empregado informal</i>	18	7,7	25	10,6	2,9	23	9,9	-0,7	28	10,7	0,8	10,0
<i>Trabalhador doméstico</i>	12	5,1	13	5,3	0,1	14	5,8	0,6	11	4,2	-1,6	-1,0
<i>Empregador</i>	11	4,7	13	5,3	0,6	15	6,4	1,1	17	6,3	-0,1	9,2
<i>Conta-própria</i>	54	23,5	45	19,0	-4,5	53	22,8	3,8	70	26,4	3,6	5,3
<i>Trab. familiar auxiliar</i>	1	0,3	1	0,2	0,0	0	0,1	-0,1	1	0,4	0,3	11,5
<i>Total</i>	228	100	239	100	-	234	100,0	-	264	100	-	2,9

Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração do autor. Nota: Empregados formais incluindo militares e funcionários públicos em regime estatutário.

Igualmente inserida no contexto da informalidade, a segunda categoria mais expressiva no mercado de trabalho municipal diz respeito aos trabalhadores por conta própria. Via de regra, a expressão dessa categoria depende diretamente das flutuações de emprego e da renda, fazendo com que ela tenda a alocar a maior parcela da superpopulação relativa local. Em 2014, esses trabalhadores autônomos representavam 19% das ocupações de Florianópolis. A partir de então, essa participação cresceu continuamente, chegando aos 26,4% em 2019. Esse crescimento deriva da própria deterioração do mercado de trabalho, que obrigou uma massa de trabalhadores a buscar trabalho autonomamente, seja para garantir sua subsistência, seja para complementar sua renda. Os setores onde esses trabalhadores mais conseguiram se alocar foram os serviços pessoais (basicamente “bicos”), a construção civil e o comércio (em grande parte ambulante).

Vale mencionar ainda que os empregadores apresentaram crescimento significativo no período, ampliando sua participação de 4,7% em 2012, para 6,7% ao final da série. Os novos empregadores concentraram-se principalmente nos setores de alimentação e alojamento, construção civil e informação e comunicação.

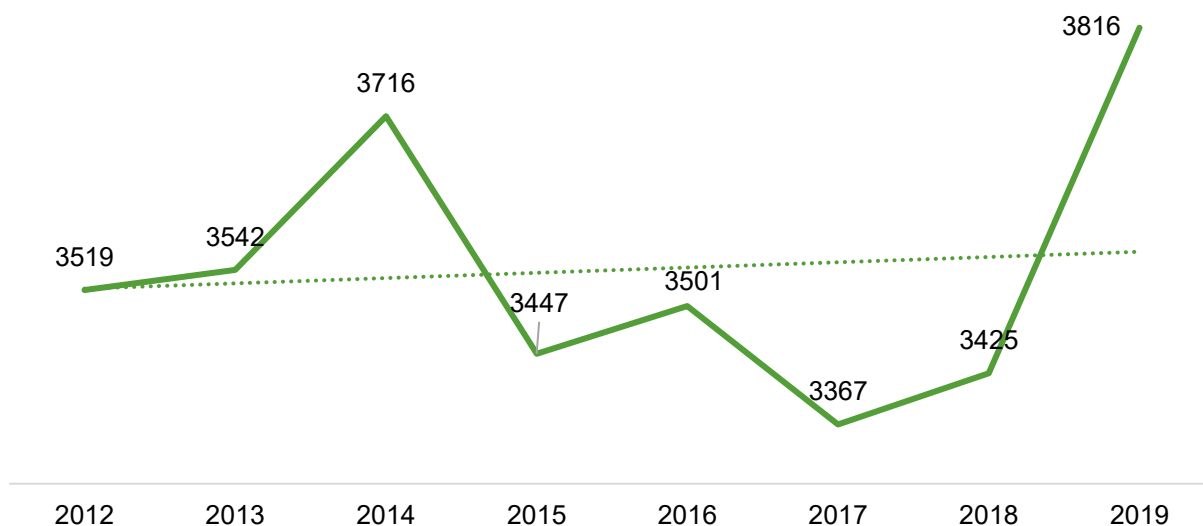
2.6. RENDIMENTOS

O papel que Florianópolis cumpriu ao longo da formação econômica de Santa Catarina, estabelecendo-se como centro político-administrativo, comercial e, mais recentemente, também turístico, colocou a capital como um dos municípios com maior renda média no estado. Segundo os dados da PNADC/T (2020), em 2019 o rendimento médio real dos ocupados (incluindo empregadores) em Florianópolis (Figura 5) foi de R\$ 3.816, bem acima da média estadual, que ficou em R\$ 2.523.

No conjunto da série, contudo, o rendimento médio real cresceu em Florianópolis apenas 1,2% ao ano. Esse resultado pode ser decomposto em três períodos distintos: um crescimento médio anual de 1,9% de 2012 a 2014; de -3,1% deste ano até 2017; e de 4,4% nos dois anos seguintes.

No primeiro desses períodos, o crescimento da renda se deu em compasso com os ganhos salariais dos empregados formais, cuja participação no agregado também aumentou no período. No mesmo sentido, os empregadores também contribuíram para o aumento da renda média até 2014.

Figura 5 - Rendimento médio real no trabalho principal em Florianópolis (2012-2019, 3º trimestre de cada ano, em R\$ a preços de 2019)



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração do autor.

No período de maior incidência da crise econômica (2015-2017), a intensa queda dos rendimentos médios reais foi puxada principalmente por: a) redução da participação do emprego formal, sobretudo nas faixas salariais intermediárias; b) contração dos salários médios dos servidores públicos; c) aumento da participação e

redução dos rendimentos médios dos trabalhadores por conta própria; e *d*) queda na renda média dos empregadores.

Após esse período de acelerada perda salarial, a recuperação da renda média no município a partir de 2018 se deu basicamente em função de: *a*) aumento da participação no total dos ocupados e dos rendimentos médios dos servidores públicos; e, sobretudo, *b*) crescimento dos rendimentos médios dos empregadores⁶. Entretanto, é fundamental reter que essa retomada não foi sentida pelos empregados no setor privado. Enquanto os salários dos empregados com carteira permaneceram estagnados, os dos empregados sem carteira chegaram a acumular queda de 28% nos dois últimos anos da série (PNADC/T, 2020). Tendo em vista ainda que os rendimentos médios dos autônomos tampouco foram retomados, fica evidente a precariedade da recuperação das ocupações nos últimos anos.

Em termos das classes de renda, as ocupações que mais cresceram ao longo da série foram as que recebiam de 2 a 3 salários mínimos (Tabela 4). O crescimento dessa faixa se deu principalmente entre 2012 e 2016, período em que ela avançou 9,4 p.p. no agregado. Em grande medida, esse desempenho se deve à evolução dos empregos na educação e na saúde, o que ajuda a explicar também a perda das ocupações nessa faixa a partir de 2017. Em seguida, aparecem as ocupações entre 5 e 10 salários mínimos, que chegaram a representar 15,6% das ocupações em 2019. Essa faixa abriga parte dos empregadores, assim como as camadas melhor remuneradas dos setores de informação e comunicação, imobiliário e profissional técnico.

Na ponta oposta, a expansão do subemprego inchou a faixa dos que recebem até meio salário mínimo. A participação dos trabalhadores nessa faixa cresceu continuamente entre 2012 e 2019, passando de 2,3% para 3,9% do agregado, respectivamente. Esse crescimento contrasta com a queda das faixas entre meio e 2 salários mínimos, que foram as únicas a apresentar decréscimo absoluto ao longo do período. Por fim, tanto as demissões do período da crise, quanto as admissões do período de retomada concentraram-se na faixa entre 3 e 5 SM, que apresentou um crescimento pouco abaixo da média no conjunto da série.

⁶ Entre 2017 e 2019 os rendimentos médios dos empregadores em Florianópolis cresceram em média 31,7% ao ano (PNADC/T, 2020).

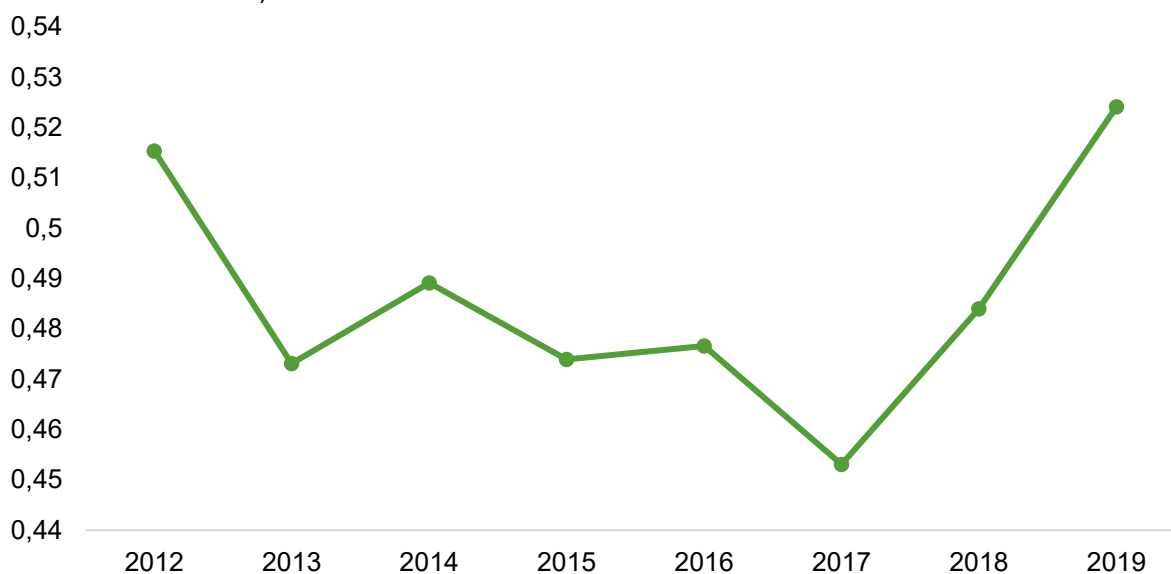
Tabela 5 - Ocupados por faixa de rendimento efetivamente recebido no trabalho principal em Florianópolis (2012-2019, 3º trimestre de cada ano, mil pessoas por faixa de salário mínimo vigente no período)

	2012		2014			2016			2019			Tx. Cresc. total (%)
	Freq.	%	Freq.	%	Var. (pp)	Freq.	%	Var. (pp)	Freq.	%	Var. (pp)	
Até 0.5 SM	5	2,3	7	2,7	0,4	7	3,1	0,3	10	3,9	0,8	13,9
De 0.51 a 1 SM	23	10,1	16	6,7	-3,4	15	6,3	-0,5	23	8,7	2,4	-0,1
De 1.01 a 2 SM	85	37,3	72	30,3	-7,0	79	33,7	3,4	74	28,4	-5,3	-2,5
De 2.01 a 3 SM	31	13,6	50	21,1	7,6	54	22,9	1,8	50	18,9	-4,0	10,1
De 3.01 a 5 SM	41	18,0	40	16,9	-1,2	32	13,7	-3,1	45	17,3	3,5	2,0
De 5.01 a 10 SM	26	11,7	35	14,9	3,2	32	13,5	-1,3	41	15,6	2,1	9,2
Mais de 10 SM	16	7,0	17	7,3	0,3	16	6,8	-0,6	19	7,2	0,5	3,6

Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração do autor.

Esses resultados implicam dizer que a retomada dos rendimentos médios em Florianópolis ocorreu em compasso com a elevação da desigualdade de renda. Essa tendência é corroborada pela evolução do índice de Gini dos rendimentos no município. Conforme indicado na Figura 6, esse índice apresentou uma tendência de queda entre 2014 e 2017, período em que passou de 0,489 para 0,453, respectivamente. Nos dois anos seguintes, porém, esse valor voltou a crescer aceleradamente, atingindo 0,524 em 2019.

Figura 6 - Índice de Gini dos rendimentos no trabalho principal em Florianópolis (2012-2019, 3º trimestre de cada ano)



Fonte: PNADC/T (2020); Elaboração do autor.

Em 2019 o salário mínimo nacional era de R\$ 998,00. No mesmo ano, esse valor foi o teto para os rendimentos mensais de 33 mil florianopolitanos, ou 12,6% da população ocupada. Não muito acima disso, 40,9% dos trabalhadores da capital recebiam até 2 SM por mês. Por outro lado, a parcela dos ocupados recebendo mais de 5 salários mínimos em Florianópolis é uma das mais elevadas do estado, chegando a 23% em 2019.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou traçar um panorama do mercado de trabalho de Florianópolis entre 2012 e 2019, no intuito de captar suas principais tendências. Em linhas gerais, as tendências assinaladas para a capital catarinense derivam da própria dinâmica da economia nacional, que nesse período passou por uma das maiores crises econômicas de sua história.

Desde 2012 Florianópolis conta com uma crescente oferta de força de trabalho, em grande medida decorrente dos grandes saldos migratórios registrados no período. Além da pressão da população que migra à capital em busca de oportunidades de emprego, o crescimento da força de trabalho foi intensificado pela queda da renda ocasionada pela crise econômica, especialmente em 2016 e 2017. Esse movimento incidiu com mais força sobre as faixas etárias mais jovens, todavia também contou com uma contribuição importante da população com mais de 60 anos de idade, haja vista o rápido envelhecimento da população florianopolitana.

A oferta de postos de trabalho, no entanto, não acompanhou essa tendência. A população ocupada, que já vinha em dinâmica fraca desde 2013, apresentou quedas inclusive em termos absolutos no período mais agudo da crise e tampouco recuperou-se de forma consistente a partir de 2017. Com efeito, a superpopulação relativa no município cresceu enormemente. O desemprego aberto assumiu um ritmo de expansão acima da média estadual, crescendo 5,4 pontos percentuais em quatro anos e atingindo o patamar de 8,7% em 2019. Além disso, no último ano da série a taxa de subutilização da força de trabalho foi a maior de toda a série histórica, com 17,9%. O crescimento da subutilização foi puxado sobremaneira pelo avanço dos subocupados e dos desalentados, que já eram 17 mil e 4,3 mil pessoas em 2019, respectivamente.

Essa queda no emprego foi deflagrada, em um primeiro momento, pela perda de dinamismo da construção civil e, em sua fase mais aguda, por desligamentos nos setores de comércio, da indústria e de serviços prestados às empresas. A partir de 2017, os serviços prestados às empresas e, em menor medida, o comércio voltaram a apresentar algum dinamismo em suas contratações. Com isso, nos últimos anos acentuou-se a tendência de concentração das ocupações nos setores de serviços e do comércio, que somados já ocupavam 72% dos trabalhadores florianopolitanos em 2019. Nesse processo, ganharam espaço especialmente serviços de baixa produtividade, principalmente os pessoais e os relacionados às atividades de transporte (passageiros e entregas rápidas) e de alimentação.

Em compasso com essa tendência, articula-se uma outra, referente à informalização dos postos de trabalho. A participação do emprego formal no agregado caiu dos quase 60% em que se encontrava em 2014 para apenas 51,9% em 2019. Com a deterioração do mercado formal de trabalho, os trabalhadores tiveram de migrar para ocupações informais ou buscar trabalho autonomamente, seja para garantir sua subsistência ou para complementar sua renda. O efeito disso foi um avanço do emprego sem carteira e, principalmente, do trabalho por conta própria, cuja participação no total das ocupações saltou de 19% para 26% entre 2014 e 2019. Nesse contexto, o município tende a sofrer de forma ainda mais intensa com os processos de flexibilização do trabalho e supressão de direitos trabalhistas e previdenciários derivados das reformas liberalizantes adotadas em âmbito nacional nos últimos anos.

Em termos de renda, as principais tendências observadas foram a estagnação dos rendimentos médios reais e a aceleração da desigualdade distributiva. Os trabalhadores autônomos e os empregados, em especial, sofreram com uma forte perda salarial entre 2015 e 2017. A partir deste ano, houve uma retomada dos rendimentos médios, todavia muito concentrada entre empregadores e parcelas do funcionalismo público.

Ainda que a renda média do município seja mais elevada do que a estadual, e muito acima da nacional, a dinâmica da crise trouxe grandes perdas na base da pirâmide de rendimentos. A faixa salarial que mais cresceu ao longo de todo o período no município foi a dos trabalhadores que recebem até meio salário mínimo. Em 2019, essa faixa já abrangia mais de 4 mil pessoas. No mesmo ano, a remuneração de 33

mil florianopolitanos não passou de um salário mínimo, ou seja, menos de mil reais. Com efeito, o índice de Gini dos rendimentos do trabalho em Florianópolis cresceu em ritmo acelerado a partir de 2017, indicando uma forte tendência de aumento da desigualdade de renda no município.

A compreensão dessas tendências para o caso particular de Florianópolis é certamente fundamental para subsidiar ações localizadas, no entanto elas só podem ser compreendidas em sua essência pela articulação com seus condicionantes em esfera nacional. É no histórico processo de degradação das condições de vida e de trabalho no Brasil que se encontram os principais determinantes das tendências recentes impostas aos trabalhadores florianopolitanos.

REFERÊNCIAS

- ARUTO, P. C.; GOMES JUNIOR, E. Padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva e a produção social do espaço nas regiões brasileiras. In: **Revista Documento/Monumento**, Cuiabá, v. 20, n. 1, p. 226-238, jul/dez 2016.
- CORRÊA, Walquíria Krüger. Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 25-44, jan/jun, 1999.
- DAL ROSSO, Sadi. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DESCHAMPS, M. V.; DELGADO, P. R. Santa Catarina no contexto migratório nacional: um estudo dos fluxos e das características de quem migra. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, São Pedro/SP: ABEP, 2014, 20 p. Disponível em: <www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/38>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da Reforma Trabalhista no mercado de trabalho de Santa Catarina. In: ABET. **XVI Encontro Nacional da ABET**: Anais do XVI Encontro Nacional da ABET. Salvador/BA: ABET, 2019. Disponível em: <www.abet2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=11>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- MELLO, G.; SABADINI, M. S.; BRAGA, H. Acumulação de capital, crise e mercado de trabalho no Brasil contemporâneo. In: **Revista Katálysis**, v. 22, n. 1, p. 15-35, jan/abr 2019.
- PNADC/T – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Microdados da Divulgação Trimestral** [IBGE], 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/microdadospnadct>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

SILVA, M. C.; MATTEI, L. Breves notas sobre a demografia na região da Grande Florianópolis na primeira década do Século XXI. In: **Revista Necat**, v. 2, n. 3, p. 31-37, jan/jun 2013.

SCR – **Sistema de Contas Regionais** [IBGE]. 2019. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&am>

Recebido em: maio de 2020

Aceito em: maio de 2022